# BANCÁRIOS NA LUTA

Ano I | 24 de Janeiro de 2018 | Nº 18 — JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO — UMA ENTIDADE FILIADA À CSP Conlutas


# Bancários cobram explicações sobre a reestruturação do Banco do Brasil

## Empresa não forneceu números completos e tampouco assegurou salário para os caixas

A nova reestruturação do Banco do Brasil, anunciada em 5 de janeiro, ainda encontra-se envolta em dúvidas. Foi para tentar esclarecer alguns pontos da reestruturação que, no último dia 12, representantes do movimento sindical reuniram-se com representantes do banco.

Os sindicatos cobram do BB números detalhados, como a quantidade de vagas e de cortes por local, mas o banco diz que ainda não tem os números para repassar.

O BB foi cobrado a apresentar os critérios utilizados para o redimensionamento das agências, já que unidades com grande fluxo de atendimento tiveram seu número de escriturários reduzidos drasticamente. Na praça de Bauru, o número de excedentes chegou em 50!

Segundo o BB, o banco ajustou a compatibilidade de oferta de atendimento com a capacidade de atendimento em cada local. O banco se comprometeu a receber para análise alguma situação que pode ter sido mal ajustada.

**VCP para os caixas e prioridade na concorrência**

Os mais atingidos por essa reestruturação foram os caixas. Em nível nacional, mais de mil foram descomissionados. O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** defende que seja garantido quatro meses de remuneração caso o funcionário não seja realocado. Para os caixas, há um entendimento do BB de que como não é uma função, é apenas gratificação de caixa, esse benefício não é concedido automaticamente.

O banco afirmou que está analisando a solicitação dos sindicatos, para que seja mantida a remuneração dos caixas por pelo menos 4 meses, assim como na restruturação do final de 2016 e início de 2017.

Foi solicitado ainda, que de fato haja orientação para nomeação dos caixas em outros cargos que tiverem vaga.

O banco informou que não tem resposta quanto a priorização no sistema, mas que tem orientado os gestores a darem atenção aos pedidos de realocação de caixas em outras funções próximas, como as de assistente ou atendente de CABB.

**Não haverá remoção compulsória para outro município**

O BB garantiu que não haverá remoção compulsória de funcionários para fora do mesmo município, no caso de não se ajustar o excesso de escriturários. Mas pode ser necessária alguma remoção no mesmo local.

O BB orientou em um primeiro momento, para que os gestores não realizem realocações compulsórias não nomeando assim, quem serão os excedentes nas agências.

**Módulo avançado dos gerentes de relacionamento será mantido**

Foi garantido que os gerentes de relacionamento que estiveram no módulo avançado da função e tiverem que mudar para cargo de gerente de relacionamento equivalente, será mantido o módulo avançado da função. Isso permitirá mais mobilidade nas nomeações sem causar prejuízo aos funcionários.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** segue realizando reuniões por local de trabalho e visitas às agências do BB para denunciar a verdadeira razão de mais uma reestruturação: a intenção de privatização do banco por parte do governo Temer.

"O bancário vítima da reestruturação, tem que entrar em contato com o Sindicato para auxiliarmos em como ele deve proceder", afirma Paulo Tonon, diretor do Sindicato e funcionário do BB.

No último dia 4, os diretores do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** estiveram em frente à Superintendência Regional do Banco do Brasil com o carro de som da entidade para denunciar à população o quão ruim é a atual reestruturação do banco e como a vida dos clientes, usuários e, principalmente, dos bancários será afetada com a extinção de 50 postos de trabalho em Bauru.

Na ocasião, os diretores também denunciaram problemas de gestão na Regional do banco: um grupo de Whatsapp que continha celulares particulares de bancários foi reativado para cobranças de meta. Porém, realizar cobranças através de celular pessoal é proibido pela Convenção Coletiva dos bancários.

Outra prática da Regional que foi denunciada à Superintendência Estadual foi uma audioconferência em que se entendeu que quem não "fizesse consórcio" naquele dia teria de participar de um curso promovido pela Regional no dia seguinte. Felizmente, a Estadual cancelou essa medida. O **Sindicato** espera que tal prática não volte a ocorrer.

# Reforma trabalhista já afeta pessoal do call center do Itaú

Conforme já denunciamos, gradativamente os bancos implementam a reforma trabalhista de Temer até mesmo para os bancários com contratos vigentes.

Depois do Santander, o Itaú também começou a implantar mudanças prejudiciais aos bancários. Os funcionários do call center lotados no Centro Administrativo Tatuapé (CAT) e no ITM não poderão mais escolher quando entrarão em férias.

Antes, o funcionário indicava três datas, e o gestor selecionava uma para o início do período de férias. Os bancários denunciam que foram comunicados a desconsiderar essa seleção, mesmo os que já haviam apontado as datas. Também foram informados de que o setor jurídico e o RH do banco deliberarão sobre as novas regras para o gozo de férias de acordo com as mudanças embarcadas na reforma trabalhista.

A nova lei determina que as férias poderão ser fracionadas em até três períodos, desde que nenhum deles seja menor do que cinco dias, e serão definidas diretamente entre gestor e empregado.

Muitos trabalhadores com filhos já haviam escolhido a data para coincidir com as férias escolares, mas agora, tiveram elas remarcadas unilateralmente.

"A reforma trabalhista evidencia a relação desigual entre patrão e empregado. O Itaú escolherá a data de férias que convém a ele e não ao trabalhador", afirma Pedro Valesi, diretor do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

O Itaú alterou também a jornada de trabalho aos fins de semana. Antes, o banco seguia um parâmetro que procurava respeitar dois sábados e domingos seguidos de descanso. Com a nova regra, os bancários terão de trabalhar um final de semana a mais, passando a descansar apenas um final de semana ao mês. Com essa alteração, o banco abriu a possibilidade para o bancário trabalhar até cinco plantões seguidos. Um verdadeiro ABSURDO!

A cada dia fica mais claro a quem serviu a reforma trabalhista de Temer. Os banqueiros agradecem!

# Mesmo com reforma, mais de 328 mil são demitidos

Um dos argumentos do governo Michel Temer em favor da aprovação da reforma trabalhista era que haveria geração de empregos após a sua aprovação. Não foi o que se viu no primeiro mês após a sua implementação.

De acordo com dados divulgados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o Brasil encerrou 2017 com mais demissões do que contratações. Em dezembro, o saldo de empregos formais ficou negativo em 328.539 vagas. Com esse número, em todo o ano passado, o país fechou 28 mil vagas de trabalho.

O governo Temer se viu frustrado com esses números, pois esperava divulgar um aumento de vagas formais e atrelar esse aumento à reforma trabalhista e à retomada do crescimento econômico.

O **Sindicato** segue sem acreditar que a retirada de direitos dos trabalhadores resultará em geração de emprego.

**Ministério vago**

A maior prova de que Temer não está preocupado com questões trabalhistas é a insistência na nomeação da deputada Cristiane Brasil (filha do mensaleiro Roberto Jefferson). A deputada condenada por não cumprir as leis trabalhistas, só não tomou posse devido ao Supremo.

# Bancária da CEF conquista direito de trabalhar e cuidar do filho autista

Por unanimidade, a 8ª turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP (TRT-2) manteve a decisão da primeira instância, que garantiu a uma bancária da Caixa, mãe de uma criança de 3 anos diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA), o direito de ter sua jornada de trabalho reduzida de 8 para 4 horas diárias (20 horas semanais) sem diminuição do salário, para poder cuidar do filho. A decisão vale por um ano. A multa em caso de descumprimento é de R$ 150,00 por dia ao empregador, limitada a R$ 50.000,00, reversíveis à trabalhadora.

Na sentença, os juízes argumentaram que impedir a redução da jornada de trabalho de empregada, cujo filho tem deficiência comprovada é negar uma forma de adaptação razoável de que tais indivíduos dependem para serem inseridos na sociedade em igualdade de oportunidade.

A decisão que beneficiou a trabalhadora foi tomada com base na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, e em leis brasileiras como a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a lei que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

"Filhos com deficiência precisam de dedicação quase integral das mães e pais. Não é justo que essa mãe não possa cuidar da saúde do seu filho e não tenha uma carga horária de trabalho diferenciada", afirma Priscila Rodrigues, diretora do Sindicato.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** defende que o Brasil assine a Convenção 156 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Essa convenção visa impedir a discriminação de homens e mulheres em função de suas responsabilidades familiares, ou seja, ela garante condições de acesso e permanência no mercado de trabalho em casos como da bancária.

O departamento jurídico da entidade está à disposição de bancários que estejam passando por problemas semelhantes.

É preciso lutar para que as pessoas com familiares com deficiência não sejam vítimas de discriminação e conflitos!

# Assembleia elege os 5 novos membros da Diretoria do Sindicato

## Quinteto preenche vagas abertas após a renúncia de três diretores e a cassação de dois outros

Com uma assembleia geral realizada no dia 17, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** concluiu o processo eleitoral iniciado em meados de dezembro para suprir as cinco vagas abertas na Diretoria da entidade.

É preciso lembrar que, dos trinta diretores eleitos em 2016, na última eleição do **Sindicato**, três renunciaram ao mandato (Fernando Grisolia, Edirlei Pegoraro e Walter Tavares Junior) e dois tiveram o mandato cassado (Paulo Sérgio Martins e Ronaldo Parella).

Cerca de quarenta bancários participaram da votação

Cynthia, Débora, Rogério e Ana Paula; Daniel está em licença médica

**Assembleia**

Dos seis bancários que se candidataram para uma vaga na Diretoria do **Sindicato**, foram eleitos os cinco mais votados: respectivamente, Rogério Máximo da Silva (BB Mary Dota), Cynthia Tanaka (BB Shopping) e Débora Aparecida Amaral (Itaú 5823) – que tiveram o mesmo número de votos–, Ana Paula Carnielli de Barros (Santander Avaré) e Daniel de Almeida Macegoza (Santander 0004).

Em cumprimento ao que estabelece o Estatuto do **Sindicato**, esses cinco bancários foram empossados imediatamente – até mesmo Daniel Macegoza, que não pôde participar da assembleia por se encontrar acamado em razão de uma cirurgia a que se submeteu no dia 10.

Ao fim da assembleia, também conforme o Estatuto, o candidato mais votado pôde escolher em qual pasta vai atuar. Assim, Rogério escolheu ocupar o cargo de diretor de Imprensa, Cynthia será diretora do Departamento Jurídico, Débora será diretora de Cultura, Ana Paula atuará na diretoria de Santa Cruz e Daniel, na diretoria de Esporte e Lazer.

O **Sindicato** agradece a todos os bancários que participaram da assembleia e a todos que se candidataram.

Que sejam bem-vindos os novos diretores! O ano de 2018 exigirá muita luta – pela preservação dos bancos públicos, pela manutenção dos direitos trabalhistas, pela ampliação das vagas de trabalho nos bancos privados, além da luta contra a reforma da Previdência – e estamos prontos para enfrentá-las!

# Ministério Público arquiva denúncia de alteração no Estatuto do Sindicato

No ano passado, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** viveu uma situação ímpar: diretores ligados ao MNOB/PSTU (que em 2016 perderam a eleição do **Sindicato** e não aceitaram ser minoria na Diretoria) uniram-se a uma parte dos diretores eleitos pela FNOB para tentar tomar a direção da entidade. Após serem derrotados em seguidas assembleias (que decidiram que a FNOB deveria dirigir o **Sindicato**), o que restou a essa gente foi fazer denúncias vazias sobre práticas cotidianas da entidade.

Exemplo: os ex-diretores Paulo Martins e Ronaldo Parella (que no ano passado tiveram seus mandatos cassados), juntos do ex-diretor Edirlei Pegoraro (que renunciou ao mandato também em 2017), foram ao Ministério Público do Trabalho (MPT) com a denúncia de que os diretores da FNOB Paulo Tonon e Pedro Valesi, juntos de Sérgio Ribeiro (um dos advogados do **Sindicato**), teriam alterado uma palavra de um artigo do Estatuto (art. 35) e suprimido outro artigo (art. 48) para se beneficiarem.

Chamado para uma audiência, o **Sindicato** mostrou ao MPT que já havia ajuizado na Justiça Civil um "Procedimento de Dúvida Inversa" pedindo a correção dos dois erros detectados no Estatuto e mostrou, inclusive, que já havia sentença favorável ao pedido.

**Decisão da Justiça**

Na sentença, a juíza Rossana Teresa Curioni Mergulhão, da 1ª Vara Cível da Comarca de Bauru, observou que "*referidas alterações não constaram dos editais de convocação da Assembleia Geral de Adequação e nem houve qualquer discussão ou votação a respeito na própria assembleia realizada no dia 15 de abril de 2016 (...), de forma que a matéria não poderia ter sido objeto de deliberação*".

(Vale lembrar que essa "assembleia geral de adequação" ocorrida em 15 de abril de 2016 só aconteceu para adequar o Estatuto do **Sindicato** ao Código Civil de 2002, já que a última alteração do Estatuto antes do "novo" código só havia ocorrido no ano de 1997.)

Sendo assim, por entender que apenas "houve mero erro material", a juíza autorizou o registro em cartório do Estatuto corrigido.

**Decisão do MPT**

O MPT analisou a ação do **Sindicato** e a sentença e, em outubro, cerca de um mês depois da audiência, promoveu o arquivamento da denúncia.

Em suma, ficou claro que os dois erros encontrados no Estatuto não beneficiavam ninguém, nenhum diretor em especial, ao contrário do que alegava a denúncia.

# Governo usa CEF como moeda de troca

## Cargos são loteados entre partidos aliados com o intuito de obter apoio para votações no Congresso

No dia 16, acatando uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF), o presidente Michel Temer afastou, por apenas 15 dias, quatro dos 12 vice-presidentes da Caixa Econômica Federal: Antônio Carlos Ferreira (vice-presidente Corporativo), Deusdina dos Reis Pereira (vice de Fundos de Governo e Loterias), Roberto Derziê de Sant'Anna (vice de Governo) e José Henrique Marques da Cruz (vice de Clientes, Negócios e Transformação Digital) são investigados pela Polícia Federal e pelo MPF no âmbito das operações *Sépsis* (que apura desvios de recursos do fundo de investimento do FGTS), *Cui Bono?* (que apura corrupção na liberação de empréstimos pela vice-presidência de Pessoa Jurídica da CEF) e *Greenfield* (que apura desvios nos quatro maiores fundos de pensão de estatais – entre eles, a Funcef).

A imprensa deu bastante visibilidade ao caso dos afastamentos, e a população pôde perceber com muita clareza que a Caixa – assim como a Petrobras, por exemplo – foi usada por políticos para satisfazer interesses privados, e não o interesse público.

**Reforma da Previdência**

Uma amostra do uso político da Caixa também pôde ser vista recentemente: no dia 17, uma reportagem do canal de TV Globo News informou que articuladores políticos do governo dariam como naufragada a reforma da Previdência caso o novo estatuto da CEF fosse aprovado – o que, de fato, acabou acontecendo dois dias depois da reportagem. Isso porque partidos como PP, PR e PRB, por exemplo, teriam ameaçado votar contra a reforma se perdessem seus espaços na direção do banco.

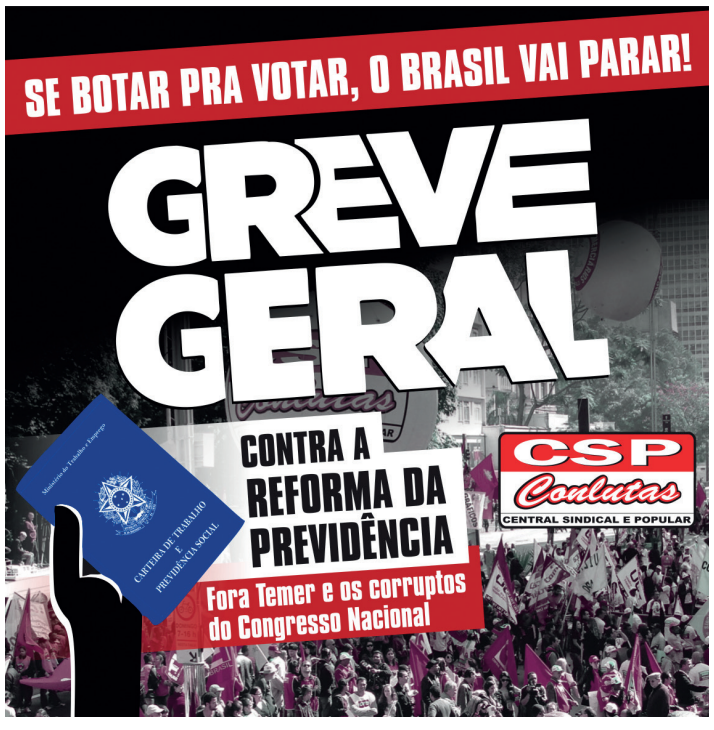
**Novo estatuto**

Aprovado em uma assembleia geral realizada no dia 19, o novo estatuto da Caixa promete dificultar ingerências políticas no banco.

Entre as mudanças feitas no estatuto – para se adequar à "Lei das Estatais" (Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016) –, vale destacar que, de agora em diante, as indicações de dirigentes deverão ser feitas pelo Conselho de Administração da Caixa, e não mais pelo presidente da República. Ou seja: em tese, passará a ser uma indicação técnica, e não política.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o loteamento de cargos em estatais em troca de apoio em votações no Congresso é uma vergonha.

Vamos ver se o PP, o PR e o PRB vão cumprir suas ameaças e afundar de vez a reforma da Previdência.




Com a aprovação do novo estatuto da Caixa, que deve tornar um pouco mais difíceis as interferências políticas no banco, o governo Temer pode ter perdido uma valiosa moeda de troca em sua luta pela aprovação da reforma da Previdência [*leia acima*].

Apesar disso, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** e a **CSP-Conlutas** continuam em estado de alerta, pregando a realização de uma greve geral no caso de o governo tentar colocar a reforma na pauta de votações do Congresso.

**"SE BOTAR PRA VOTAR, O BRASIL VAI PARAR!"**

**BANCÁRIOS NA LUTA** Jornal do Sindicato dos Bancários e Financiários de Bauru e Região / CSP-Conlutas // Todas as opiniões emitidas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato.
**Redação e Diagramação:** Diego Teixeira e Estela Pinheiro (com Diretoria). **Edição:** Diretoria. **Sede:** Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.
**Subsede Avaré:** Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 3732-7650. **Subsede Santa Cruz do Rio Pardo:** Rua Marechal Bittencourt, 414, Edifício San Rafael, Sala 103. Fone: (14) 3372-5600. **Site:** www.seebbauru.org.br / **E-mail:** contato@seebbauru.org.br / **Facebook:** www.facebook.com/seebbauru